

Divinópolis/MG, 10 de Janeiro de 2019

## Sintram convoca assembleia para discutir proposta de reforma do Diviprev

*Projeto que prevê a segregação de massas está em tramitação na Câmara Municipal desde o ano passado*

*Foto: Jotha Lee/Sintram*



*Com o plenário da Câmara Municipal lotado de servidores públicos municipais, o projeto de segregação de massas foi debatido em audiência pública no dia 20 de setembro do ano passado*

Está em tramitação na Câmara Municipal de Divinópolis, o Projeto de Lei Complementar 10/2018, que prevê a segregação de massas para a execução da reforma do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Divinópolis (Diviprev). De autoria do Executivo, o projeto foi fruto de uma auditoria realizada no Diviprev, que apontou a necessidade da reforma. A proposta foi elaborada após várias manifestações do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), que ao longo dos últimos anos mostrou o risco de falência da Previdência Municipal diante da queda da arrecadação e da dívida atuarial, que hoje se aproxima de R\$ 1 bilhão. Sem a reforma, técnicos ouvidos durante o processo de elaboração do

projeto, garantiram que a falência do Diviprev seria inevitável.

De acordo com o Ministério da Previdência, Regime Próprio de Previdência Social é um sistema de previdência estabelecido no âmbito de cada ente federativo, que assegure, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte previstos no artigo 40 da Constituição Federal. Cada ente público da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) pode ter o seu regime próprio, cuja finalidade é organizar a previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, tanto daqueles em atividade, como daqueles já aposentados e também dos pensionistas, cujos

benefícios estejam sendo pagos pelo ente estatal. Em Divinópolis, o regime próprio de previdência foi estabelecido em 2000, através da Lei Complementar 66, que criou o Diviprev. Mais tarde, em 2006, foi aprovada a Lei Complementar 126, que revogou a lei anterior e reestruturou o Instituto, ocorrendo, assim, a primeira reforma do Diviprev.

## SEGREGAÇÃO DE MASSAS

Segundo o Ministério da Previdência, a segregação de massas será em médio prazo inevitável para todos os regimes próprios, em virtude do histórico previdenciário nacional. Nunca foi feito previdência no serviço público. A reforma trazida pela Emenda Constitucional nº 20 e pela Lei nº 9.717/98 (Lei federal que norteia os Regimes Próprios de Previdência) introduziram no serviço público o conceito de previdência, ou seja, contribuir, aplicar, custear no futuro. São normas novas que surtirão o efetivo efeito nos próximos 20 anos, mas que precisam ser operacionalizadas agora. A segregação de massas é a separação dos membros do regime próprio em grupos que serão tratados separadamente no que concerne à gestão financeira e contábil e são divididos em dois planos, o Financeiro e o Previdenciário.

No caso de Divinópolis, o projeto prevê a separação dos servidores em dois grupos, criando os planos Financeiro e Previdenciário (veja no quadro abaixo como esses grupos serão divididos). O projeto prevê que quando as despesas previdenciárias do Plano Financeiro forem superiores à arrecadação das contribuições dos integrantes deste Plano, o Município, suas autarquias e fundações assumirão a insuficiência financeira. A proposta também impede qualquer espécie de

transferência de segurados, de recursos ou de obrigações entre o Plano Financeiro e o Plano Previdenciário, “não se admitindo a previsão da destinação de contribuições de um Plano para o financiamento dos benefícios do outro Plano”. Ainda de acordo com a proposta, a segregação da massas a ser estabelecida no Diviprev, será acompanhada pela separação orçamentária, financeira e contábil dos recursos e das obrigações correspondentes a cada Plano, conforme parecer atuarial.

## ASSEMBLEIA

Para informar aos servidores como será aplicada a segregação de massas no Diviprev, o Sintram convocou uma assembleia geral para o próximo dia 16 a ser realizada em seu auditório a partir de 18h. Para esta assembleia, foram convidados os conselheiros do Diviprev, que vão explicar à categoria o que o projeto poderá afetar ao funcionalismo, além de esclarecer todos os detalhes da proposta. A presidente do Sintram, Luciana Santos, lembra que o sindicato vem alertando para a situação preocupante do Diviprev desde a gestão passada. “Esse projeto é necessário, pois sabemos que se não houver a reforma, o Diviprev corre risco de falência e a aposentadoria dos servidores municipais ficará comprometida. Estamos alertando para essa situação desde o início de nossa primeira gestão e agora temos que tomar essa medida com urgência para garantir a aposentadoria de todos. A arrecadação do Diviprev vem caindo vertiginosamente, ao passo que o número de aposentadorias está aumentando e se não houver a introdução da segregação essa conta não vai fechar”, disse a presidente.

## Divisão dos grupos de servidores nos Planos a serem criados pelo projeto de segregação de massas

### PLANO PREVIDENCIÁRIO

- Servidores ativos em 31 de dezembro de 2017 que possuíam nesta data 38 anos completos ou menos, e aos seus respectivos dependentes;
- Servidores aposentados em 31 de dezembro de 2017 que possuíam nesta data 60 anos completos ou menos, e aos seus respectivos dependentes;
- Pensionistas em 31 de dezembro de 2017 que possuíam nesta data 60 anos completos ou menos;
- Servidores admitidos a partir de 01 de janeiro de 2018.

### PLANO FINANCEIRO

- Servidores ativos em 31 de dezembro de 2017 que possuíam nesta data 39 anos completos ou mais, e aos seus respectivos dependentes;
- Servidores aposentados em 31 de dezembro de 2017 que possuíam nesta data 61 anos completos ou mais, e aos seus respectivos dependentes;
- Pensionistas em 31 de dezembro de 2017 que possuíam nesta data 61 anos completos ou mais;
- Benefícios de aposentadorias e pensões pagas pelo Tesouro Municipal, de acordo com o Art. 114 da Lei Municipal nº 126/2006.

## Conheça mais um servidor que integra a nova gestão do Sintram

Foto: Jotha Lee/Sintram



No **INFORMATIVO** de hoje (10/01), o Setor de Comunicação apresenta mais um integrante da gestão 2019/2022: **Fernando Genésio da Silva**, suplente da diretoria

Desde 1996, servidor efetivo no serviço público municipal de Divinópolis, Fernando Genésio é técnico em enfermagem, mas sua atuação na área teve início

em 1990. Ele conta que o interesse pela luta sindical foi despertado já no início da sua carreira profissional. “Desde quando eu comecei a trabalhar, percebi que os trabalhadores eram explorados pela classe patronal, então surgiu o interesse de lutar pela nossa classe. A classe trabalhadora é a classe mais sofrida, a mais oprimida”, justificou.

Fernando revela que tem vivência na luta sindical, inclusive em 2005 ocupou o cargo de presidente do Sindicato Profissional dos Enfermeiros e Empregados em Hospitais, Casas de Saúde, Duchistas e Massagistas de Divinópolis (SINDESS). Além disso, já participou do Conselho Municipal de Saúde, conselhos da região e presidência de bairro e frisa que está sempre atento às questões políticas da cidade. “Às vezes, as pessoas nem sabiam disso, eu sou uma pessoa simples, eu não fico me expondo e vangloriando do que fui. Sempre fui uma pessoa determinada, eu procuro fazer e não ficar me expondo e aparecendo”, disse.

O suplente da diretoria finaliza dizendo que “luta é com ele mesmo” e que buscará sempre reivindicar a defesa dos interesses da categoria e um melhor atendimento na saúde, na educação, enfim um melhor atendimento para a população em geral.

# Governo vai fazer pente-fino em dois milhões de benefícios do INSS

*Revisão será feita diante da possibilidade de fraudes contra o Instituto*

Foto: Antônio Cruz/Agência Brasil



O governo federal vai fazer uma auditoria em dois milhões de benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) que têm indícios de irregularidade. O anúncio foi feito pelo secretário Especial da Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, após reunião, no Palácio do Planalto, para tratar da medida provisória de combate a fraudes no INSS, que deve ser editada pelo presidente Jair Bolsonaro até a próxima segunda-feira (14).

Marinho se reuniu com os ministros Onyx Lorenzoni (Casa Civil) e Paulo Guedes (Economia) para avaliar o texto da medida provisória. "Há mais de dois milhões de benefícios que precisam ser auditados, porque têm algum indício de ilicitude. Por isso há necessidade de fazer uma espécie de mutirão para zerar esse estoque", disse Marinho.

Segundo o secretário, o mutirão poderá gerar "uma economia significativa", aos cofres públicos. "Há relatórios de ações anteriores, inclusive convalidados pelo TCU [Tribunal de Contas da União], que demonstram uma incidência de 16% a 30% de fraude nesse tipo de benefício".

#### ASSINATURA DA MP

O secretário disse que, até segunda-feira, o presidente deve assinar a MP. "Eu acredito que até segunda-feira o presidente vai assinar. Assinando, passa a ser do conhecimento público e a gente vai poder explicar em detalhes o que a gente pretende nesse projeto, que combate a fraude, aperfeiçoa os mecanismos de validação de benefício em todo o país e atende uma preocupação da sociedade como um todo".

O texto da MP foi submetido à avaliação do presidente. "O presidente já teve conhecimento do teor da MP, mas enquanto ele não assinar, vamos aguardar um pouco", disse Marinho, acrescentando

que as regras da medida provisória devem provocar uma economia na casa de "bilhões de reais", sem especificar os valores.

#### SEGURANÇA JURÍDICA

Conforme o secretário, a MP também vai trazer "segurança jurídica" para o INSS. "Estamos prevenindo algumas alterações na legislação que vão dar uma segurança jurídica ao próprio trabalho do INSS. Ao longo dos últimos anos, várias ações feitas pelo INSS para aperfeiçoar o sistema esbarraram na falta de fundamentação legal. Essas dificuldades que foram identificadas estão sendo corrigidas".

Após assinada, a MP terá validade imediata, mas precisará ser aprovada pelo Congresso Nacional para se transformar definitivamente em lei. O Congresso tem um prazo de 60 dias, podendo ser prorrogado por mais 60, para votar o texto, aprovando-o ou decidindo pela sua rejeição.

Paralelamente, a equipe econômica faz simulações para definir a proposta de emenda à Constituição (PEC) para a reforma da Previdência, para ser encaminhada para o Congresso Nacional. As simulações envolvem idade mínima para aposentadoria e prazo de transição para os trabalhadores que já contribuem para o atual modelo previdenciário.

Fonte: Agência Brasil

## Dias Toffoli impede que votação para presidência do Senado seja feita através do voto aberto

Foto: Ascom/STF



O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, decidiu nesta quarta-feira (9) que a votação para a eleição da nova Mesa Diretora do Senado, prevista para 1º de fevereiro, deverá ser secreta. A decisão foi tomada pelo ministro em função do período de recesso no Judiciário. A decisão de Toffoli vale até o dia 7 de fevereiro, quando o plenário do STF deverá decidir se referenda sua liminar.

Na decisão, o presidente aceitou o recurso protocolado pelo SD e MDB, além da advocacia do Senado, para derrubar a decisão proferida pelo ministro Marco Aurélio, que, no dia 19 de dezembro, antes do início do recesso, aceitou um mandado de

segurança do senador Lasier Martins (PSD-RS) para determinar que a votação seja feita de forma aberta.

A votação secreta está prevista no Regimento Interno do Senado, no entanto, Marco Aurélio entendeu que a regra é inconstitucional. "O princípio da publicidade das deliberações do Senado é a regra, correndo as exceções à conta de situações excepcionais, taxativamente especificadas no texto constitucional", escreveu o ministro.

Ao derrubar a decisão de Marco Aurélio, Toffoli entendeu que regra prevista no regimento interno da Casa, que determina a votação secreta, deve prevalecer.

"Noto que a modificação para a eleição vindoura, por meio de decisão monocrática, sem a possibilidade de análise pelo Plenário da Corte (tendo em vista o

recesso judiciário), implicaria em modificação repentina da forma como a eleição da mesa diretiva regimentalmente vem se realizando ao longo dos anos naquela Casa; ao passo em que a manutenção da regra regimental permite a continuidade dos trabalhos diretivos da Casa Legislativa nos moldes definidos por aquele Poder", decidiu o presidente do STF.

Mais cedo, em outra decisão, Toffoli decidiu manter votação secreta para a eleição da presidência da Câmara, também prevista para 1º de fevereiro. O ministro rejeitou mandado de segurança protocolado deputado federal eleito Kim Kataguirí (DEM-SP), que defendeu que a votação dos parlamentares para eleger novo presidente da Casa fosse aberta.

**Fonte: Agência Brasil**

# Bolsonaro: posição da AGU sobre prisão após 2ª instância será revista

O presidente Jair Bolsonaro afirmou nesta quarta-feira (9), na sua conta pessoal do Twitter, que o governo vai rever a posição da Advocacia-Geral da União (AGU), favorável à prisão somente depois de esgotados todos os recursos após decisão definida em segunda instância. Ele defendeu a prisão logo após a condenação em segunda instância.

"Na gestão anterior a AGU manifestou-se a favor da prisão somente após o esgotamento de todos os recursos. Esse posicionamento será revisto pelo nosso governo em sentido favorável ao cumprimento da pena após condenação em segunda instância. Vamos combater a impunidade".

Em 2017, a então advogada-geral da União, Grace Mendonça, na gestão do ex-presidente Michel Temer, foi contra a prisão logo após a decisão em segunda instância. Segundo ela, só deve ocorrer após o trânsito em julgado.

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve julgar o assunto em 2019, quando os ministros analisarão o mérito da questão.

Pelo atual entendimento da Suprema Corte, deve ser executada a prisão após condenação em segunda instância, mesmo que ainda seja possível recorrer a instâncias superiores. Essa compreensão foi estabelecida em 2016 de modo provisório com apertado placar de 6 a 5. Na ocasião, foi modificada jurisprudência que vinha sendo adotada desde 2009.

O tema entrou em pauta decorrência das ações envolvendo o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ele foi preso em 7 de abril do ano passado, após ter confirmada na segunda instância sua condenação por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no caso do triplex em Guarujá, litoral paulista. Ele foi condenado a 12 anos e um mês e cumpre pena na Superintendência da Polícia Federal, em Curitiba.

**Fonte: Estadão**

# Militares querem regras diferenciadas para a Previdência

Foto: José Cruz/Agência Brasil



O ministro da Defesa, general Fernando Azevedo e Silva

Na cerimônia de transmissão de cargo do Comando da Marinha nesta quarta-feira (9), o ministro da Defesa, Fernando Azevedo e Silva, ressaltou que a reforma da Previdência deve avaliar regras diferenciadas para militares. A solenidade, no Clube Naval de Brasília, contou com a presença do presidente Jair Bolsonaro, que chegou ao local a bordo da lancha Amazônia. Seguindo o protocolo, o presidente não discursou.

Azevedo mencionou a reforma da Previdência ao se despedir do ex-comandante, o almirante de esquadra Eduardo Bacellar Ferreira, que passou o comando para o também almirante de esquadra Ilques Barbosa Junior. “[Ferreira] foi incansável no esforço de comunicar as peculiaridades da nossa função”, disse Azevedo e Silva. Segundo o ministro, o esforço garantiu avançar para um adequado amparo social aos militares das Forças Armadas e seus dependentes. O ministro da Defesa destacou também a trajetória do militar, lembrando os 48 anos “de extrema dedicação e serviços prestados”.

Desde a posse, Bolsonaro cumpriu pelo menos quatro agendas militares, entre almoços e solenidades. Na sexta-feira (11), ele participa da transmissão de comando do Exército. Ao longo de sua campanha, Bolsonaro se comprometeu, em diversas declarações, a prestigiar e dar visibilidade às atividades das Forças Armadas.

## SOBERANIA

Depois da salva de 19 tiros, o almirante Ilques Barbosa Junior ressaltou que a dinâmica das relações internacionais estabeleceu um “tempo de guerra e paz” que exige a união de esforços de todas as Forças Armadas e da sociedade.

“Em tempos de guerra e paz, é imperiosa uma rigorosa prontidão dos sistemas de defesa que envolvem tanto as Forças Armadas como os demais segmentos da sociedade brasileira de modo a ser alcançado o contínuo fortalecimento de todas as vertentes da soberania nacional”, disse.

O almirante lembrou que a Marinha é força fundamental na defesa das riquezas do país e lembrou a diversidade da Amazônia Azul, os espaços oceânicos de onde são retirados 85% do petróleo e 75% do gás natural e por onde é transmitida praticamente toda a comunicação do país por cabos submarinos.

“Devemos estar sempre pontos a atuar em defesa dos interesses da nossa pátria nos espaços pantaneiros, amazônicos”, disse o almirante, informando que entre suas prioridades estão programas estratégicos como o desenvolvimento de submarinos e a construção do núcleo de navios-patrolha.

## TRAJETÓRIA

O almirante de esquadra Ilques Barbosa Junior, de 64 anos, nasceu em Ribeirão Preto (SP) e tem quase cinco décadas de serviço militar. Ingressou na Escola Naval em 1973, chegou ao posto de contra-almirante em março de 2007 e alcançou o de almirante de esquadra em novembro de 2014.

O último cargo ocupado pelo almirante foi o de chefe do Estado-Maior da Armada, órgão de Direção-Geral da Marinha para assessoramento do comando da Força.

No discurso de despedida, o almirante Ferreira disse que a “grandeza e a prosperidade” do Brasil, dependerão, cada vez mais, do bom uso que os

brasileiros vierem a fazer do mar. Ele também afirmou que o país precisará manter cada vez mais a capacidade de defesa dos interesses marítimos.

“Este é o chamado Século Azul. Em todo o mundo, a participação da economia do mar cresce exponencialmente. Por suas condições geopolíticas únicas, o Brasil é um dos países com maior potencial de aproveitamento dessas novas circunstâncias”, disse Ferreira.

## Calendário de pagamento do Seguro DPVAT já está disponível na internet

O calendário de pagamento do Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (Seguro DPVAT) já está disponível para proprietários de veículos de todo o país no site da Seguradora Líder, no qual o boleto pode ser gerado. [Clique aqui](#) e veja o calendário.

A Líder é responsável pela administração desse seguro obrigatório, que deve ser pago uma vez por ano para obtenção do licenciamento do veículo. Se não pagar, o proprietário perde o direito ao seguro em caso de acidente, se for o condutor do veículo no momento da ocorrência, mas os demais envolvidos permanecem cobertos.

O prêmio deve ser quitado junto ao vencimento da cota única ou da primeira parcela do Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), nos bancos Bradesco, Caixa, Santander, Itaú e Banco do Brasil.

O pagamento segue o calendário do IPVA de cada estado. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, o prazo para pagar o IPVA vence no próximo dia 21 para veículos de placa final 0, informou a assessoria de imprensa da Líder. A seguradora esclareceu que, no caso de veículos isentos do IPVA, o pagamento do DPVAT deve ser feito durante o emplacamento ou licenciamento anual. A forma de pagamento varia de estado para estado.

### DESÁGIO

De acordo com resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados, em dezembro do ano passado, foi aprovada redução média de 63,3% no valor do DPVAT para 2019. O valor da redução depende do tipo de veículo. Automóveis particulares e táxis, por exemplo,

O almirante ressaltou o potencial do Brasil. “Estamos entre os maiores produtores mundiais de petróleo no mar, e as cargas movimentadas em nossos portos terminais correspondem, em volume, a quase 10% do total do comércio marítimo internacional. Torna-se necessário cada vez mais manter a capacidade de defesa dos nossos interesses marítimos que, com certeza, serão desafiados.”

**Fonte: Agência Brasil**

terão o DPVAT reduzido em 71%. A tarifa será de R\$ 16,21 para automóveis particulares.

Para motocicletas, responsáveis pela maioria dos acidentes de trânsito atendidos pelo Seguro DPVAT, o valor do prêmio chega a R\$ 84,58.

Da mesma forma que ocorreu no ano passado, o Seguro DPVAT não poderá ser parcelado para nenhuma categoria de motoristas. Os valores são válidos para todo o país. Dúvidas podem ser esclarecidas na Central de Atendimento da Seguradora Líder no número 4020 1596 (regiões metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (outras regiões). O Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) pode ser acessado no número 0800 022 8189, 24 horas por dia.

### COBERTURA

O Seguro DPVAT cobre qualquer cidadão acidentado no Brasil, seja motorista, passageiro ou pedestre. São oferecidos três tipos de cobertura: morte (R\$ 13.500), invalidez permanente (até R\$ 13.500) e reembolso de despesas médicas e hospitalares da rede privada de saúde (até R\$ 2.700). A proteção é assegurada por um período de até três anos.

Do total de recursos arrecadados pelo Seguro DPVAT, 50% são destinados à União, dos quais 45% vão para o Sistema Único de Saúde (SUS), visando ao custeio da assistência médico-hospitalar às vítimas de acidentes de trânsito; e 5% vão para o Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), para investimento em programas de educação e prevenção de acidentes de trânsito. Os 50% restantes são reservados para despesas, reservas e pagamento de indenizações.